

Eleições 2014 trazem novidades que modernizam o sistema eleitoral brasileiro

Régis Godoy Evangelista da Rocha e Jean Fábio Peverari*

"Um total de 23.851.673 eleitores votarão em outubro mediante a identificação por meio de suas digitais, num processo que garante a individualidade do eleitor e impede fraudes [...]"

A maior democracia do hemisfério sul organiza as maiores eleições informatizadas do mundo e inova com a identificação biométrica e o voto em trânsito.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está constantemente empenhado na ampliação e modernização do processo eleitoral brasileiro. A cada eleição, novas resoluções mantêm a nossa democracia atualizada em tempos em que novidades tecnológicas surgem a cada momento. A mais revolucionária delas foi a adoção do sistema biométrico de identificação do eleitor, que neste ano estará presente em 762 municípios em todos os estados do país.

*Reportagem produzida por Régis Godoy Evangelista da Rocha e Jean Fábio Peverari, da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TSE.

Um total de 23.851.673 eleitores votarão em outubro mediante a identificação por meio de suas digitais, num processo que garante a individualidade do eleitor e impede fraudes, como um eleitor votar no lugar de outro. “Considerando que no mundo não há duas digitais iguais, esse procedimento é extremamente confiável e preciso. Retira-se, dessa maneira, a intervenção humana do processo de votação, trazendo, evidentemente, celeridade e credibilidade”, afirmou o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino. O processo de cadastramento biométrico continuará nos próximos anos, até que se alcance a totalidade do eleitorado brasileiro em 2018.

Além da biometria, outra grande novidade das eleições de 2014 é a expansão do voto em trânsito, que é a possibilidade de o eleitor que estiver longe de sua zona eleitoral no dia das eleições votar para presidente e vice-presidente da República. Em vigor desde 2009, com a aprovação da Lei nº 12.034, o voto em trânsito foi inicialmente implementado e restrito às

capitais estaduais nas eleições gerais de 2010. Com a aprovação de decisão do plenário do TSE no dia 17 de dezembro de 2013, essa modalidade de voto passou a abranger, além das capitais, cidades com mais de 200 mil eleitores, totalizando 85 municípios em todo o país, o que corresponde a 43% do eleitorado nacional.

Os eleitores tiveram o prazo de 15 de julho a 21 de agosto para solicitar o voto em trânsito e informar o local em que pretendem votar dentre as cidades habilitadas. Após esse período, o TSE divulgou que 84.418 eleitores – inclusive o presidente da Corte Eleitoral, Ministro Dias Toffoli – solicitaram o voto em trânsito para o primeiro turno das eleições, e 79.513 solicitaram para um eventual segundo turno, no dia 26 de outubro. “O voto em trânsito é mais um serviço que a Justiça Eleitoral está prestando ao cidadão brasileiro, permitindo que aquele que não estiver no seu local original de votação no dia das eleições possa se cadastrar para votar no local em que já sabe que estará no dia 5 de outubro e assim exercer o seu

direito ao voto”, declarou o presidente do TSE.

Histórico

No próximo dia 15 de janeiro, o Brasil comemorará o 30º aniversário da retomada da democracia, após mais de 20 anos de um regime de exceção que deixou lembranças amargas. De 31 de março de 1964 a 15 de março de 1985, em meio a perseguições políticas que exilaram centenas de cidadãos, artistas, políticos e intelectuais, mandatos foram cassados, instituições foram amordaçadas, e as eleições diretas tornaram-se uma lembrança distante, viva somente na memória dos mais velhos. Naquela época, toda uma geração de brasileiros viveu sem saber o que era exercer o direito ao voto.

Até o seu último ato, a ditadura militar empenhou-se para afastar o cidadão brasileiro das urnas. Em 1984, a Emenda Dante de Oliveira, que instituía a eleição direta para presidente da República, foi rejeitada pelo Congresso Nacional, ainda controlado com mão de ferro pelo regime.

A última esperança da democracia passou a ser o colégio eleitoral, instituição que incumbia deputados federais, senadores e representantes das assembleias legislativas da missão de escolher, em nome do restante da população, o presidente da República. Foi assim, em 15 de janeiro de 1985, que a primeira eleição do Brasil redemocratizado – que também foi a última da ditadura militar – ocorreu num universo de apenas 686 eleitores, dos quais 26 se abstiveram de votar. Dos 660 votantes, 480 elegeram Tancredo Neves (1910-1985), o primeiro presidente da República civil desde a eleição de Jânio Quadros (1917-1992), ocorrida 25 anos antes, no longínquo ano de 1960.

Depois de quase 30 anos, a realidade da democracia brasileira não guarda qualquer semelhança com o que se viu em 1985. Ao longo das últimas décadas, tendo a ditadura militar como ponto de partida, o Brasil conseguiu tornar-se o mais vultoso regime democrático de todo o hemisfério sul. O nosso processo eleitoral é considerado um dos mais modernos, inclusivos e amplos de todo o

planeta, e hoje o nosso sistema eletrônico de votação é motivo de curiosidade e admiração de todo o mundo, tanto pela segurança quanto por sua eficiência. Os números realmente impressionam: foram habilitados 142.822.046 eleitores para votar em 2014, em 3.033 zonas eleitorais distribuídas por todo o território nacional. As eleições de outubro mobilizarão cerca de 2,4 milhões de mesários que trabalharão em aproximadamente 450 mil seções eleitorais, garantindo o acesso dos eleitores às 530 mil urnas eletrônicas disponíveis por todos os municípios brasileiros.